



DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CENTRO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ANADIA

ATA NÚMERO OITO DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

----- Aos dezassete dias do mês de julho de dois mil e treze, pelas dezoito horas, na sala Dra. Albertina Oliveiros, reuniram sob a presidência do docente Aníbal Marques, os elementos do Conselho Geral, à exceção de Beatriz Rocha, Luís Pidwell, Carlos Gata Tavares, Ana Patrícia Rodrigues, Ângelo Santos, Arménio Cerca e Mário Augusto Teixeira para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- Ponto um - Aprovar o mapa de férias do Diretor (D.L. 137/2012, artigo 13º., alínea s);-----

----- Ponto dois - Processo de avaliação do Diretor (D.L. 137/2012, artigo 13º., alínea q);-----

----- Ponto três - Ratificar os critérios de organização de horários (D.L. 137/2012, artigo 13º., alínea l);

----- Ponto quatro - Outros assuntos.-----

----- Deu-se início à reunião com a análise e respetiva leitura da ata anterior. A ata foi aprovada por maioria, com uma abstenção (por não ter estado presente). -----

----- O Presidente do Conselho Geral informou que as faltas dos elementos ausentes foram devidamente justificadas (conforme exige o Regimento Interno).-----

----- O Presidente do Conselho Geral perguntou aos Conselheiros presentes se pretendiam acrescentar mais algum ponto prévio à Ordem de Trabalhos, conforme prevê o Regimento - não houve propostas. -----

----- Antes de dar início à Ordem de Trabalhos, o Presidente deste Conselho propôs aos elementos presentes, uma alteração à mesma. A proposta foi no sentido de antes de iniciar a Ordem de Trabalhos propriamente dita se debruçarem sobre o “ponto da situação da nova escola”, em virtude da comparência excepcional nesta reunião, de dois elementos da “Parque Escolar”, com o intuito de prestarem os devidos esclarecimentos sobre este assunto. Para não prolongar a sua presença por muito mais tempo, entendeu ser conveniente esta alteração.-----

----- A proposta foi aceite por unanimidade.-----

----- Face ao exposto, comunicou ser de considerar aberta a explanação relativamente ao então ponto prévio à Ordem de Trabalhos: “Audição de representantes da Parque Escolar acerca da construção da nova escola”. Assim, sugeriu que escutassem os seus depoimentos e posteriormente lhes colocassem as questões consideradas essenciais neste processo.-----

----- O engenheiro Luís Borges Martins apresentou-se como Delegado da Região Norte e Centro que abrange as direcções regionais da DREN e DREC, agora chamadas DGEstE (s). Informou que foi convocado pela direcção da escola, para fazer uma exposição sobre o levantamento dos trabalhos e das perspetivas que existem sobre os mesmos. De forma a enquadrar tudo aquilo que sucedeu com a obra ou nas obras da

“Parque Escolar”, participou o seguinte: “No enquadramento principal, o que importa dizer, é que esta obra se encaixa na fase três, num conjunto total de trinta e quatro escolas, das quais existiu um plano de suspensão, determinado pelo senhor ministro da educação, de um conjunto de oito ou nove escolas das quais, nós viemos a suspender sete. Esta situação tinha a ver com a conjuntura económica que o país estava a atravessar e portanto foi determinado pela tutela uma redução efetiva dos custos em duas vertentes. Uma, que era a dilação do investimento de dois mil e doze para dois mil e treze. A segunda, tinha a ver com uma redução de custos em toda as obras que a “Parque Escolar” estava a construir, nomeadamente nas da classe três. Os critérios, que na altura foram determinantes, para que umas obras se suspendessem em detrimento de outras, foram os seguintes: neste processo, temos empreiteiros a realizar lotes de uma, de duas e de três escolas. Por determinação os empreiteiros que tivessem uma única escola em construção, não necessitavam de interromper os trabalhos; no entanto aqueles com mais que uma obra teriam de o fazer.-----

----- Concretamente, a escolha não tem a ver com nenhuma atitude política, pois foi meramente técnica, de forma a selecionar as escolas que tivessem menos impacto com os alunos. Neste caso concreto, e a título de exemplo, esta escola estava em lote com a da Gafanha da Nazaré. O empreiteiro era o mesmo e cumpriu sempre escrupulosamente os prazos. No entanto, a obra da Gafanha da Nazaré teria um faseamento construtivo muito complexo que se traduzia em três fases, das quais duas estariam já concluídas e a terceira seria inserida dentro do próprio edifício. Deste modo, os alunos estariam confinados o que não acontecia nesta escola. Portanto, foi essa a razão que determinou a seleção, de forma a tentar minimizar os danos que estas situações causam, tanto aos alunos como a toda a comunidade escolar.-----

----- A situação conjuntural do País foi um dos principais problemas, a dificuldade dos próprios empreiteiros, a falta de financiamento às empresas de construção, pois é do conhecimento geral a crise que a construção civil atravessa atualmente, em Portugal.-----

----- Estamos a conseguir fazer as obras, apesar das inúmeras dificuldades. Sete escolas, das trinta e quatro, estão irremediavelmente perdidas, o que não é o vosso caso. Este edifício está pendente, porque o empreiteiro da obra o suspendeu e o projetista faliu.-----

----- Esta construção tem uma fonte de financiamento assegurada. Somos tutelados tanto pelo ministério da educação, como pelo ministério das finanças. No entanto, tivemos dificuldades de tesouraria durante o ano de dois mil e doze, o que provocou na maioria das empreitadas um atraso, criando alguma instabilidade. -----

----- Temos uma previsão, pois só falta o acordo final das tutelas, para que a fonte de financiamento seja assegurada (conta caucionada), que permite avançar com as obras. Logo que essa seja confirmada, a “Parque Escolar” terá no seu orçamento a viabilidade para prosseguir com as mesmas.-----

----- A expectativa e o ponto da situação para esta obra não será, seguramente de retomar ainda durante este ano de dois mil e treze, mas sim no início de dois mil e catorze.”-----

----- Concluída a exposição e de uma forma geral justificadas as presumíveis razões que levaram à interrupção dos trabalhos de construção da nova escola, ainda mencionou o facto do próprio ter conhecimento do estado inadequado das instalações deste edifício (escola sede). Transmitiu que foi a Lisboa falar com o senhor diretor da DGEstE e que lhe participou isso mesmo, nomeadamente terem (ele próprio e o engenheiro Rui Carreira) verificado algumas situações, que deveriam ser resolvidas antes do arranque do ano letivo, sobretudo no que respeita a tetos descolados, estores avariados, sanitários

danificados, algumas pinturas consideradas necessárias e urgentes, e ainda a parte estrutural do edifício propriamente dito.-----

----- Os Conselheiros presentes, em função do exposto, colocaram ainda algumas questões consideradas necessárias e oportunas, que foram esclarecidas.-----

----- Os representantes da “Parque Escolar” asseguraram a sua intenção de concluir a obra e comprometeram-se que, sempre que lhes seja solicitado, se disponibilizarão para fazer o ponto de situação da mesma.-----

----- Ainda no que respeita à parte estrutural do edifício sede, os representantes da “Parque Escolar” aconselharam o senhor diretor a enviar um ofício à DGEstE a comunicar que, atendendo ao facto das obras da nova escola se encontrarem suspensas, por este edifício ter situações que carecem de ser corrigidas, de intervenção urgente, e que por essa razão necessitam de verba para proceder à realização das mesmas.---

----- O Presidente do Conselho Geral agradeceu a presença dos elementos da “Parque Escolar” e deu continuidade à reunião prosseguindo para o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: “Aprovar o mapa de férias do Diretor (D.L. 137/2012, artigo 13º., alínea s), (de acordo com a alteração feita à mesma).-----

----- O Presidente do Conselho Geral colocou à consideração dos elementos deste Conselho, a proposta de férias apresentada pelo Diretor e questionou os mesmos sobre alguma objeção a esta.-----

----- O Conselho Geral foi unânime em aceitar a proposta de férias do Diretor. -----

----- De acordo com o segundo ponto da Ordem de Trabalhos: “Processo de avaliação do Diretor (D.L. 137/2012, artigo 13º., alínea q)”, o Presidente deste Conselho aludiu para a portaria nº. 266/2012, de 30 de agosto de 2012, que regulamenta a avaliação do desempenho docente dos diretores.-----

----- Referiu ainda, que de acordo com o artigo 2º.: “Periodicidade” (...) *a avaliação do desempenho prevista no presente diploma efetua-se no final do período correspondente à duração do escalão da carreira em que o avaliado se encontra integrado, (...)*, o que não é o caso, e por isso, não reúne condições para ser avaliado. Contudo, esclareceu que esta portaria tem algumas particularidades, nomeadamente no artigo 6º., no que diz respeito ao facto do diretor ter que elaborar uma “carta de missão”, da qual também não necessita porque foi eleito posteriormente à publicação do respetivo diploma.-----

----- No entanto, ainda sobre este assunto, o Presidente deste Conselho advertiu que, de acordo com a citada portaria se deverá proceder a uma reflexão na próxima reunião de Conselho Geral, em alguns artigos, nomeadamente: artigo 4º. - “Parâmetros da avaliação interna” a) *Compromissos - tendo por base os indicadores de medida assumidos em termos de eficácia, eficiência, qualidade; b) Competências - de liderança, de visão estratégica, de gestão e de representação externa demonstradas; c) Formação contínua - segundo a alínea c), do número 2, do artigo 37º. do ECD; artigo 5º. Ponto 1 “Critérios de Avaliação” (...) compete ao Conselho Geral definir os critérios em que se baseia a avaliação interna dos diretores (...); artigo 7º. Ponto 2 “Autoavaliação” (...) o relatório de autoavaliação consiste num documento de reflexão sobre a evolução, desde o início do mandato, dos resultados de eficácia, e qualidade obtidos de acordo com os compromissos fixados na carta de missão, considerando as principais opções seguidas em matéria de gestão e qualificação dos recursos humanos, de gestão dos recursos financeiros e aos resultados globais obtidos (...).*-----

----- Em conclusão, o Presidente do Conselho Geral informou que neste caso (porque não há carta de missão) se aplica o artigo 16º. - “Disposições transitórias finais” - ponto 1 (...) *a autoavaliação reporta-se à atividade desenvolvida no período de avaliação e considera obrigatoriamente, sem prejuízo de outras, as*

*opções seguidas relativamente à concretização do plano de ação desenvolvido, à gestão e qualificação dos recursos humanos, à gestão dos recursos financeiros e aos resultados globais obtidos. (...).*-----

----- Prosseguindo para o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos: “Ratificar os critérios de organização de horários (D.L. 137/2012, artigo 13º., alínea l), o Presidente do Conselho Geral comunicou que o Conselho Pedagógico enviou alguns critérios, de forma a permitir aos Conselheiros pronunciarem-se sobre os mesmos tendo procedido à sua leitura: Ponto 6 a) propor manter os horários de entrada e saída que vigoram no presente ano, salvaguardando as diferenças entre estabelecimentos com ajustes aos transportes escolares. No ponto 6 b) propor a organização dos tempos letivos de modo a que haja três blocos de noventa minutos durante o período da manhã. Com esta organização haverá maior rentabilização das aulas, particularmente as aulas de Educação Física. No ponto 6 c) propor que o limite máximo entre turnos, nos horários dos alunos, seja de cento e trinta e cinco minutos. No ponto 6 d) decidiu-se propor que se evitem dias consecutivos e repetição dos últimos períodos da tarde e do início da manhã para a mesma disciplina. No ponto 6 e) propor que as Línguas Estrangeiras não sejam colocadas em sequência no mesmo dia dos horários dos alunos. No ponto 6 f) propor que se alterem pontualmente os horários dos alunos para efeito de substituição das aulas resultantes das ausências dos alunos e ou docentes, sempre que se justifique. No ponto 6 g) propor que a distribuição dos apoios a prestar aos alunos, tendo em conta o equilíbrio do seu horário semanal, se faça em horário fixo para os alunos do 2.º ciclo e que no 3.º ciclo e Secundário se faça por conjugação entre a disponibilidade dos professores e dos alunos ao nível dos seus horários, podendo, neste caso, ser pensada numa fase avançada/final de elaboração dos horários. -----

----- Face ao exposto, e ainda relativamente a este assunto, O Presidente do Conselho Geral entendeu ser pertinente e oportuno acrescentar ainda alguns princípios, e por isso, apresentou a seguinte proposta:-

----- **“1. Princípios Gerais** - a) A responsabilidade última da elaboração dos horários e consequente distribuição de serviço são da competência do Diretor; b) A elaboração de todos os horários obedecerá, primordialmente, a critérios de ordem pedagógica; c) Procurar-se-á manter a continuidade do professor no grupo/turma (continuidade pedagógica), bem como do Diretor de Turma, desde que não haja motivos que aconselhem a sua substituição (situações registadas em documentos oficiais, do conhecimento do Diretor, ou outras consideradas ponderosas) d) A distribuição de níveis pelos vários professores do grupo de recrutamento deverá ser equilibrada (não mais de dois níveis a cada docente) e ter em consideração o empenhamento/comprometimento dos docentes no Agrupamento. e) Na distribuição de serviço dever-se-á ter em linha de conta a adequação do perfil do professor às necessidades da turma designadamente quanto àquelas que apresentem problemas de assiduidade, indisciplina, insucesso repetido, etc. f) Dever-se-á evitar a atribuição de turmas com disciplinas sujeitas a exame final a professores para os quais haja previsibilidade de ausência prolongada ou que, em anos anteriores, apresentem um padrão de baixa assiduidade. -----

----- **2 - Critérios gerais** - a) O esquema de funcionamento do Agrupamento de Escolas de Anadia, definido em função da previsão do número de turmas, número de tempos curriculares de cada ano e capacidade dos respetivos espaços, obedecerá ao definido no Projeto Educativo. b) A apresentação de cada horário obedecerá ao esquema de blocos/tempos letivos devidamente definidos quanto ao seu início e conclusão. c) No 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário as aulas serão organizadas em blocos de 90 minutos ou tempos de 45 minutos. -----

----- **3 - Professores** - a) As horas de apoio educativo ou outras que sejam atempadamente conhecidas farão parte integrante do horário do docente, sempre em período não coincidente com as atividades letivas dos alunos. b) No horário do Docente devem ser registadas a totalidade das horas de trabalho, com exceção da componente não letiva, destinada a trabalho individual e da participação em reuniões de natureza pedagógica, convocadas nos termos legais; c) Deve o Diretor (após a devida ponderação com base em todos os instrumentos disponíveis e considerando o nível de envolvimento, disponibilidade, comprometimento e diligência de cada docente no que respeita ao Agrupamento) assumir a sua hierarquização nos vários Departamentos, no que respeita à distribuição horária.-----

----- Depois de devidamente analisadas, pelos elementos presentes, as propostas do Conselho Pedagógico e do Presidente do Conselho Geral respeitantes aos critérios de organização de horários, e em virtude dos critérios nelas contemplados serem distintos, foi consensual que se elaborasse um só documento.-----

----- O Presidente deste Conselho propôs a sua votação.-----

----- O documento foi elaborado e aprovado por unanimidade em dezassete de julho de dois mil e treze. -----

----- Dando cumprimento ao último ponto da Ordem de Trabalhos: “Outros assuntos”, o Presidente do Conselho Geral reportou-se ao Relatório da Inspeção/Avaliação externa ao agrupamento, e informou que faz parte das competências deste órgão apreciar os resultados do processo de autoavaliação, de acordo com o Decreto-lei nº. 137/2012, artº. 13º, alínea K.-----

----- O Presidente do Conselho Geral recordou que o “Relatório da Inspeção” foi enviado previamente e é do conhecimento dos Conselheiros. Ainda em relação a este, em virtude do resultado não ser o previsto e pelo facto de discordarem com o mesmo, comunicou que foi elaborado um “contraditório”. Referiu, também, que este documento deveria ser apresentado e devidamente analisado por este órgão (Conselho Geral), por ser um órgão plural que abrange toda a comunidade educativa do agrupamento. Sendo que, com este teor ou depois de devidamente reformulado (se assim o entenderem), seja por todos assinado e enviado à Inspeção. Procedeu de imediato à sua apresentação.-----

----- Após as devidas considerações e a análise conjunta feita ao documento em questão, e por forma a agilizar e cumprir o prazo predefinido para o seu envio à entidade competente, foi deliberado por todos os elementos presentes que seja ainda efetuada (pelos Conselheiros), uma reflexão ao “contraditório” e posteriormente a mesmo seja remetida ao Presidente do Conselho Geral.-----

----- De forma a contextualizar e especificar o prazo (quinze dias) de que o Agrupamento dispõe para enviar o documento, o Diretor citou: “(...) *se no prazo referido não for recebida qualquer resposta a proposta do relatório será considerada a versão final, devendo o agrupamento elaborar um “plano de melhoria” acerca das conclusões do relatório (...).*-----

----- Neste âmbito, o Presidente deste Conselho propôs (se todos concordarem) que se proceda em conformidade.-----

----- Todos concordaram.-----

----- A representante dos Pais e Encarregados de Educação, Paula Gama, lamentou que as atividades do Agrupamento, nomeadamente as descritas no “Plano Anual de Atividades”, não sejam igualmente divulgadas a toda a comunidade escolar. Em seu entender dever-se-ia criar um procedimento de comunicação interna, para que todos tomem conhecimento das mesmas, independentemente de pretenderem ou não participar.-----

----- O Diretor, relativamente a esta questão referiu que cada atividade tem sempre na retaguarda uma equipa/comissão, alguém que se propõe dinamizá-la e por conseguinte compete a essa mesma equipa, se assim o entender, formalizar o “convite” à comunidade educativa. Constatou que existe o “Plano Anual de Atividades” e que de alguma forma existem atividades que são determinantes, outras nem por isso. No entanto, ainda afirmou que os mesmos (divulgação/convite) competem à organização da atividade e não ao órgão de gestão.-----

----- Por último, o Presidente do Conselho Geral comunicou que, em virtude do Despacho Normativo nº. 7/2013, conjugado com o Despacho Normativo nº. 7-A/2013, prever que após ouvido o Conselho Pedagógico, o Diretor deverá submeter à aprovação do Conselho Geral o Plano das Atividades de Enriquecimento Curricular, a desenvolver nas cinco horas semanais destinadas às mesmas. Este assunto será de incluir na Ordem de Trabalhos da próxima reunião.-----

----- O Presidente do Conselho Geral propôs aos presentes a seguinte Ordem de Trabalhos para a próxima reunião: Ponto um: Aprovar o Relatório Final de Execução do Plano anual de Atividades; Ponto dois: Eventual aprovação do Plano das Atividades de Enriquecimento Curricular; Ponto três: Linhas Orientadoras para a elaboração do Orçamento; Ponto quatro: Linhas orientadoras do Planeamento e Execução das Atividades no Domínio da Ação Social Escolar; Ponto cinco: Definir os critérios para a participação da escola em Atividades Pedagógicas, Científicas, Culturais e Desportivas; Ponto seis: Definição dos critérios para a avaliação interna do Diretor); Ponto sete: Ponto da situação sobre a construção da nova escola; Ponto oito: Outros assuntos.-----

----- A proposta foi aceite por unanimidade.-----

----- A próxima reunião ficou agendada para o dia vinte e três de outubro de dois mil e treze, às dezoito horas, na sala Dra. Albertina Oliveiros.-----

----- E nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata. -----

O Presidente do Conselho Geral

---

(Aníbal Marques)

A Secretária

---

(Clara Mira)